

Tributária

Atos do Poder Executivo - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.227, DE 4 DE JUNHO DE 2024.

Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Link de acesso: <https://bit.ly/3Viamgy>

Presidência da República / DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - MENSAGEM Nº 261, de 4 de junho de 2024.

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que "Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências."

Link de acesso: <https://bit.ly/4c3FB5A>

Atos do Poder Legislativo - LEI Nº 14.879, DE 4 DE JUNHO DE 2024.

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

Link de acesso: <https://bit.ly/3RdEYhH>